

Clemente de Roma

**PRIMEIRA E SEGUNDA CARTA DE
CLEMENTE ROMANO AOS CORÍNTIOS**

Coleção Pais da Igreja

Brian Kibuuka
(coordenador)



ALTA BOOKS
GRUPO EDITORIAL

SUMÁRIO

Coleção Pais da Igreja: apresentação	7
Introdução	13
Primeira Carta de Clemente Romano aos Coríntios: contexto histórico, autoria e temas centrais	17
Primeira Carta de Clemente Romano aos Coríntios	65
Segunda Carta de Clemente Romano aos Coríntios: contexto histórico, autoria e temas centrais	135
Segunda Carta de Clemente Romano aos Coríntios	173
Bibliografia	197

COLEÇÃO PAIS DA IGREJA: APRESENTAÇÃO

O termo “padre” ou “pai” (em latim, *pater*) adquiriu diferentes campos semânticos e aplicações ao longo do tempo. Na Bíblia, a palavra é frequentemente empregada em referência a Deus, expressando sentimentos de temor reverencial, amor filial e confiança absoluta no “Ser supremo”. Em sentido natural e biológico, o termo designa quem gerou fisicamente um filho e, de modo mais amplo, os antepassados segundo a carne, remontando até Adão (cf. Sabedoria 10.1; 1 Coríntios 4.14-15). No texto de 1 Timóteo 5.1, por sua vez, o termo aparece atribuído aos anciãos.

A associação entre iniciação e instrução na fé e a ideia de uma autêntica paternidade espiritual resultou no uso do título “padre” aplicado primeiramente aos apóstolos (1 Clemente 62.2) e posteriormente aos bispos. Na era subapostólica, tal associação é observada de maneira significativa no texto do *Martírio de Policarpo* 12.2, em que pela primeira vez Policarpo de Esmirna é referido como “pai dos cristãos”: “Eis o mestre da Ásia, o pai dos cristãos”. Irineu também contribuiu para esclarecer essa aplicação ao afirmar explicitamente que “aquele que foi instruído por outro mediante a palavra chama-se filho daquele que o ensinou, e este último é chamado de pai” (*Contra as Heresias* IV, 41.2). O termo reaparece em 177 na carta dos cristãos de Lyon dirigida ao bispo Eleutério de Roma (Eusébio, *História Eclesiástica* 5.4.2).

No século III, o termo “papa” surge nas titulações de algumas cartas dirigidas a Cipriano de Cartago, geralmente indicando honra e deferência. A partir do século IV, o uso do termo se expandiu, abrangendo

também pessoas que, embora não fossem bispos, eram reconhecidas como representantes significativos da tradição eclesial. Posteriormente, o título foi atribuído aos fundadores e legisladores da vida monástica, bem como aos ascetas.

Utilizado no plural – *Padres* ou *Pais* –, o termo passou a designar os bispos reunidos em concílios, considerados dotados de autoridade especial na transmissão e interpretação da fé. Tal uso é claramente observado nos cerca de 300 bispos presentes no Concílio de Niceia (325). A partir desse momento, nas controvérsias teológicas subsequentes, a autoridade dos conciliares e de bispos individualmente reconhecidos por sua solidez teológica tornou-se uma referência constante para aferir a ortodoxia ou a heresia das doutrinas debatidas.

A noção de “Padre/Pai”, portanto, tanto no sentido singular quanto coletivo, consolidada na Igreja dos primeiros séculos, identifica precisamente aqueles que moldaram a vida comunitária católica, seja em termos doutrinários ou disciplinares. Ao formular seu famoso critério sobre a verdadeira fé no *Commonitorium* (cerca de 435), Vicente de Lérins estabelece três notas fundamentais para reconhecer a fé católica autêntica:

- aquilo que foi crido em todos os lugares
- aquilo que foi crido sempre
- aquilo que foi crido por todos (*Comm.* 2).

Com base nesse princípio, a referência constante aos Padres/Pais da Igreja torna-se indispensável, definindo-os como fonte normativa na distinção entre ortodoxia e heresia.

Disso oferecem testemunho as atas do Concílio de Éfeso (431), que incluem trechos de textos dos “santíssimos e devotíssimos Padres/Pais e bispos, e de diversos mártires”. Também Agostinho apelará frequentemente ao testemunho doutrinário dos Padres/Pais, especialmente nas controvérsias com os donatistas e pelagianos.

Nesse movimento de delimitação e fixação da categoria de Padre/Pai, teve papel significativo o decreto surgido no início do século VI, o *De libris recipiendis et non recipiendis*, falsamente atribuído ao Papa

Gelásio I. Além da lista dos livros canônicos e dos concílios ecumênicos, o decreto traz o primeiro elenco dos autores reconhecidos na Igreja católica como Padres/Pais. A influência desse documento espúrio será considerável durante a Idade Média, especialmente no que diz respeito à transmissão textual.

A definição clássica de Padre/Pai oferecida por Vicente de Lérins (ortodoxia, santidade, aprovação da Igreja, antiguidade) é suscetível a diversas críticas. O conceito de “ortodoxia” foi elaborado em época posterior à vida de muitos Padres/Pais, sendo anacrônico e historicamente inadequado aplicar-lhes uma norma ou “cânone” que só mais tarde veio a se impor. Um exemplo emblemático é o caso de Orígenes, que não recebeu o título de Padre/Pai tanto porque alguns apoiadores e adversários seus isolaram e absolutizaram certos aspectos do seu pensamento, ignorando o caráter dialético de sua “teologia de pesquisa”, quanto porque avaliaram suas ideias segundo critérios de ortodoxia surgidos posteriormente.

Igualmente anacrônico é o critério da aprovação por parte da Igreja, dado que impõe estruturas posteriores, nem sempre compatíveis com determinado período histórico. De fato, existiram Padres/Pais siríacos, persas, coptas e armênios quase totalmente ignorados fora do mundo greco-latino.

Finalmente, também o critério da antiguidade se revela discutível: como avaliá-lo e a partir de que momento aplicá-lo, uma vez que essa é uma norma histórica, não propriamente teológica?

Na Reforma protestante, Padres/Pais o são a partir de sua fidelidade e conformidade com a Sagrada Escritura. Tal posicionamento levou a revisões e novas definições dessa categoria. Surgiram, assim, diferentes tentativas de refundação conceitual do termo Padre/Pai. F. Overbeck, por exemplo, passou a considerá-los numa perspectiva histórico-literária, mais atenta à história dos estilos e formas (*Über die Anfänge der patristischen Literatur*, Hist. Zeitschr. 48 [1882], 418). A. Mandouze, durante o Terceiro Congresso Internacional de Estudos Patrísticos de Oxford (1959), redefiniu os Padres/Pais como “os autores dos primeiros séculos cristãos universalmente invocados como testemunhas diretas ou indiretas da doutrina cristã ou da vida da Igreja

em determinada época”. A. Benoit aplica a categoria de Padre/Pai “aos exegetas do período em que a Igreja estava unida, isto é, desde as origens até o cisma oriental, como testemunhas da compreensão que os primeiros séculos cristãos tiveram da Sagrada Escritura”.

Essa dificuldade é superada ao se entender que o conceito de exegese deve abranger não somente uma maneira específica de ler e interpretar a Escritura, mas também o ato de a pregar e, a partir dela, formular a doutrina e a moral cristãs. Por outro lado, o lugar em que se realiza a leitura da Escritura deve ser marcado pelo esforço para inculturá-la e desenvolvê-la diante das diferentes circunstâncias históricas, contribuindo assim para a formação da “ciência teológica”. A teologia da Igreja Antiga o fez, e recuperar esse exercício contribui muito para a teologia que vivenciamos hoje.

O outro termo para se referir aos autores cristãos do passado, e que fizeram esse exercício exemplar, é “patrologia”. O termo é derivado de “Padre/Pai”, surge pela primeira vez na obra póstuma de J. Gerhard (+1637), intitulada *Patrologia seu de primitivae ecclesiae christianae doctorum vita ac lucubrationibus opus postumum* (1653). Trata-se de um vocábulo surgido num contexto apologético, visando à apresentação da vida e obras dos Padres/Pais.

Todavia, foi Jerônimo que, inspirado no modelo literário de Suetônio (*De viris illustribus*), compôs seu próprio *De viris illustribus* (393), reunindo, em 135 capítulos, dados biográficos e elencando as obras dos escritores cristãos mencionados. O critério adotado por Jerônimo para incluir os autores na sua obra é literário-bíblico: são considerados “escritores da Igreja que transmitiram algo relevante sobre as Sagradas Escrituras” (*Praefatio* 1). Essa especificação justifica a presença de escritores considerados heréticos (como Tertuliano, Taciano, Novaciano etc.). Após Jerônimo, outros autores prosseguiram nesse projeto: Genádio de Marselha (início do século VI), Isidoro de Sevilha (636) e Ildefonso de Toledo (cerca de 667).

Evidentemente, a perspectiva histórico-literária não é a única aplicável aos Padres/Pais, já que também devem ser vistos como os primeiros exegetas e pregadores da Escritura, bem como teólogos e pensadores cristãos. A possibilidade dessas diferentes abordagens

justifica a distinção funcional posterior entre patrologia e patrística, correspondente aos diferentes interesses envolvidos no estudo dos Padres/Pais e de suas obras. Essa distinção, embora recente na terminologia, já encontra paralelos na Igreja antiga, onde três obras fundamentais expressaram diferentes abordagens aos mesmos autores: o *De viris illustribus* de Jerônimo (histórica), o *De doctrina christiana* de Agostinho (literária/exegética) e o *Commonitorium* de Vincenzo de Lérins (dogmático-doutrinal).

A patrística diz mais respeito à “história dos dogmas”, e a patrologia, tanto no contexto católico quanto protestante, foi identificada com a “história da literatura cristã” (Harnack), a “história da literatura eclesiástica” (Bardenhewer) ou a “história da literatura cristã antiga” (Lazzati, Simonetti).

Dois fatores principais contribuíram para a superação do conceito estrito de patrologia e sua equiparação à “história da literatura cristã antiga”:

1. Devido à sua origem apologética, tanto no contexto católico quanto protestante, a patrologia não adquiriu o estatuto de disciplina autônoma, permanecendo subordinada, funcional e auxiliar em relação à teologia.
2. Pelo mesmo motivo, o estudo dos Padres/Pais restringiu-se principalmente aos autores considerados ortodoxos, deixando de lado os escritores classificados como heréticos.

Contudo, fica claro que, para um estudo cientificamente consistente, não se pode mais manter uma separação rígida entre ortodoxia e heresia. Não entenderíamos nada da cultura cristã dos séculos II e III se não a relacionássemos ao gnosticismo, pois os gnósticos foram os “mestres do pensamento” do cristianismo dessa época, tanto do ponto de vista teológico quanto exegético, para dar um exemplo.

Esta coleção, composta dos mais importantes textos cristãos do período patrístico, textos que são traduzidos, comentados e dispostos com estudos introdutórios, tem como objetivo central oferecer ao público lusófono o acesso direto e aprofundado aos textos dos Padres/

Pais da Igreja. Essa iniciativa é especialmente importante porque, como exposto acima, os Padres/Pais são reconhecidos historicamente como testemunhas privilegiadas da tradição cristã, exercendo papel fundamental na formulação doutrinal, na interpretação das Escrituras e na inculturação da fé diante dos desafios históricos e culturais de seus tempos.

Esses autores não são apenas referência histórica, mas também marcos fundamentais para a compreensão da identidade teológica e doutrinal do cristianismo desde suas origens. Sua importância se revela não só pela autoridade espiritual e teológica que conquistaram nos primeiros séculos da Igreja, mas também pela multiplicidade de abordagens com que podem ser estudados: históricas, literárias, dogmáticas e exegéticas.

Ao traduzir e comentar esses textos, a coleção contribui para superar lacunas significativas presentes no contexto dos estudos de Teologia, História, Filosofia e Ciências da Religião em língua portuguesa, oferecendo acesso crítico e contextualizado a autores que moldaram, de maneira decisiva, os rumos da fé e do pensamento cristão. Além disso, a coleção pretende refletir uma perspectiva atualizada e cientificamente consistente, evitando simplificações ou anacronismos, e levando em consideração debates contemporâneos sobre a definição e abrangência da patrologia e patrística, como exposto acima.

Nesse sentido, ao disponibilizar esses escritos fundamentais para leitores interessados em conhecer a voz de autores cristãos fundamentais, convidamos nossos leitores a ousarem fazer uma releitura crítica e enriquecedora da fé e da teologia na atualidade. E isso, com o apoio desses autores do passado, que edificaram com seus escritos um edifício teológico notável.

INTRODUÇÃO

Clemente Romano, também conhecido como São Clemente I ou Clemente de Roma, é considerado uma das figuras centrais na história do cristianismo primitivo, especialmente pela sua atuação junto à igreja de Roma entre aproximadamente 91 e 101 d.C. (embora o Anuário Pontifício situe seu pontificado entre 88 e 97 d.C.). A tradição católica posterior coloca-o como terceiro sucessor direto de Pedro no episcopado romano; contudo, estudos críticos apontam para uma realidade histórica mais complexa, na qual Clemente possivelmente não exerceu o papel formal de bispo monárquico, mas sim de liderança proeminente dentro de um colégio plural de presbíteros.

Embora Clemente seja referido como sucessor de Pedro em fontes posteriores, tal afirmação carece de evidências históricas sólidas. Autores antigos como Irineu de Lyon (ca. 200) apontam Pedro e Paulo como fundadores da comunidade romana, inaugurando uma sucessão episcopal, mas estudos modernos mostram que a ideia de um episcopado monárquico não é demonstrável antes da segunda metade do século II. Provas disso encontram-se na ausência de referência a um bispo singular na Carta de Inácio de Antioquia à Igreja de Roma (c. 107 d.C.) e na obra conhecida como *Pastor de Hermas*, que menciona lideranças no plural: “os presbíteros que presidem a Igreja” (2.4.3).

Assim, a figura histórica de Clemente deve ser compreendida dentro desse contexto comunitário e colegial.

No contexto do final do século I, a comunidade cristã romana estava organizada em diversas igrejas domésticas, espalhadas pela cidade e

arredores, cada uma delas dirigida por presbíteros individuais ou em pequenos grupos. Clemente provavelmente ocupava posição especial dentro desse contexto, destacando-se por suas funções administrativas, diplomáticas e caritativas, como sugerido em *Pastor de Hermas*, em que Clemente é citado nominalmente por sua autoridade reconhecida na correspondência com comunidades externas.

Dessa forma, Clemente parece ter exercido um papel próximo ao de um “ministro de relações exteriores” da comunidade romana, atuando como interlocutor junto a outras igrejas, sem assumir, contudo, um papel hierárquico singular ou monárquico sobre os demais presbíteros locais.

O documento mais importante atribuído a Clemente é a Primeira Carta aos Coríntios (cerca de 96 d.C.), texto fundamental do cristianismo primitivo e considerado por algumas comunidades antigas quase como Escritura canônica. Nessa carta, Clemente intervém numa crise interna em Corinto, onde um grupo mais jovem havia afastado indevidamente presbíteros legitimamente constituídos.

Embora Clemente insista na legitimidade de sua intervenção, chama a atenção o fato de não apresentar qualquer defesa explícita ou apelo a uma autoridade episcopal romana especial. Ao contrário, Clemente baseia sua argumentação no testemunho apostólico (interpretado por ele próprio) e emprega estratégias retóricas persuasivas (uso frequente do subjuntivo exortativo e parcimonioso do imperativo), sugerindo que reconhecia claramente os limites reais de sua autoridade e buscava eficácia pela persuasão e não pela imposição.

É notável na Primeira Carta aos Coríntios o forte paralelismo com o sistema administrativo romano. Clemente recorre a analogias inspiradas na hierarquia e disciplina militares romanas e propõe soluções típicas do direito imperial romano, como o exílio dos culpados. Também envia representantes para supervisionar a restauração da ordem em Corinto, numa clara imitação da prática romana de enviar legados para resolver conflitos provinciais.

Tal aspecto indica que a organização política romana servia como paradigma natural para a estruturação interna e para as relações entre comunidades cristãs na perspectiva de Clemente, o que contribuiu

diretamente para a posterior configuração do modelo hierárquico e institucional da Igreja romana e do episcopado monárquico.

A Segunda Carta atribuída a Clemente (2 Clemente) é considerada por ampla unanimidade acadêmica como pseudoepígrafa, não tendo sido escrita por Clemente Romano. Trata-se de um documento posterior que reflete diferentes preocupações teológicas e pastorais, mais alinhadas com o contexto do século II.

A partir dos séculos III e IV, fontes patrísticas, como Orígenes, Eusébio de Cesareia e Jerônimo, começam a identificar Clemente Romano com o personagem citado em Filipenses 4.3, colaborador próximo do apóstolo Paulo. Essa associação reflete uma tentativa de legitimar sua autoridade e reforçar sua proximidade com os próprios apóstolos.

Outras tradições, como a relatada por Tertuliano e Jerônimo sobre o suposto martírio de Clemente na Crimeia (onde teria sido afogado no Mar Negro), carecem completamente de comprovação histórica segura. Contudo, a tradição que localiza a casa de Clemente no local onde hoje se encontra a Basílica de São Clemente em Roma possui maior aceitação histórica e arqueológica.

Estudar Clemente Romano e suas cartas é indispensável para compreender os desdobramentos históricos da autoridade eclesial, a formação inicial do episcopado romano, e a interação entre Igreja e Estado no início do cristianismo. Clemente oferece também um exemplo paradigmático de como o cristianismo primitivo assimilou formas culturais e políticas do mundo romano em que estava inserido, um tema de relevância fundamental para entender as origens do sistema hierárquico e institucional da Igreja.

A presente tradução comentada da Primeira e Segunda Cartas atribuídas a Clemente visa oferecer ao público lusófono um acesso crítico, aprofundado e atualizado aos textos desse importante autor da Igreja antiga. Metodologicamente, a edição procurará:

- Apresentar um texto cuidadosamente traduzido, oferecendo esclarecimentos linguísticos essenciais para a compreensão plena dos textos.

- Contextualizar histórica e criticamente cada passagem, mostrando claramente as influências culturais, políticas e religiosas do ambiente romano no qual Clemente escreveu, permitindo ao leitor uma melhor compreensão dos fatores que moldaram sua argumentação e estrutura retórica.
- Oferecer comentários aprofundados, destacando tanto aspectos literários quanto teológicos e históricos, elucidando como os escritos clementinos se relacionam com o Novo Testamento e com outros textos patrísticos contemporâneos, revelando assim suas continuidades e descontinuidades com a tradição apostólica inicial.
- Discutir detalhadamente a recepção e o uso das cartas ao longo da história cristã, explorando seu impacto posterior na formação da doutrina, na estrutura institucional da Igreja, e no desenvolvimento da tradição patrística, bem como suas implicações para a teologia contemporânea.

Dessa forma, esta edição se propõe a preencher uma importante lacuna acadêmica em língua portuguesa, auxiliando pesquisadores, estudantes de teologia e história da Igreja, bem como para todos interessados em conhecer criticamente as raízes históricas e teológicas do cristianismo antigo.

PRIMEIRA CARTA DE CLEMENTE ROMANO AOS CORÍNTIOS: CONTEXTO HISTÓRICO, AUTORIA E TEMAS CENTRAIS

A carta dos cristãos em Roma aos seus irmãos de fé em Corinto, conhecida como 1 Clemente, é um dos mais antigos documentos cristãos que chegaram até nós fora do Novo Testamento. Escrita em Roma por volta da mesma época em que João redigia o Apocalipse na ilha de Patmos (década de 90 d.C.), essa epístola oferece uma janela para as circunstâncias e atitudes dos cristãos romanos – diferentes, em muitos aspectos, daquelas observadas entre os cristãos da Ásia Menor, destinatários do Apocalipse.

Enquanto o Apocalipse retrata Roma como a grande meretriz, inimiga da Igreja e figura do poder demoníaco a ser resistido até a morte (cf. Ap 17-18), 1 Clemente apresenta uma visão bem mais favorável do governo romano – vide, por exemplo, a oração em 60.4-61, que intercede pelas autoridades. A ênfase em paz, harmonia e ordem, tão presente nesta carta, reflete valores fundamentais da sociedade romana.

Assim, 1 Clemente oferece um testemunho valioso da diversidade de formas como os primeiros cristãos tentaram se relacionar com a cultura greco-romana que os cercava – cultura na qual a Igreja estava rapidamente se expandindo.

Ocasão

A mesma tendência à formação de partidos e divisões que Paulo enfrentou em Corinto (cf. 1 Co 1.10-17) parece ter ressurgido no final do século I. Pelo que se depreende do texto, um grupo de homens mais jovens provocou uma espécie de revolta – perspectiva interpretada a partir do ponto de vista romano – depuseram a liderança eclesiástica estabelecida (cf. 3.3; 44.6; 47.6).

Quando a comunidade romana soube do ocorrido (47.7), os líderes da igreja em Roma ficaram profundamente preocupados com essa violação da ordem e com o impacto negativo na reputação da igreja coríntia (1.1; cf. 39.1). Isso motivou o envio da longa carta que conhecemos como 1 Clemente, juntamente com uma delegação de mediadores (63.3; 65.1), na tentativa de restaurar a paz e a unidade.

Contudo, o gênero literário da carta – que busca promover reconciliação e admoestação moral sem atacar diretamente – limita a clareza sobre as causas exatas do conflito. Por isso, propostas modernas sobre o “real motivo” da disputa (por exemplo, uma tensão entre carismáticos e institucionalistas, entre ortodoxia e heresia, ou sobre questões financeiras ou rivalidades entre igrejas domésticas) permanecem conjecturas.

Autoria

O estilo uniforme da carta sugere autoria única. Embora o autor não seja explicitamente nomeado, a tradição antiga – bem atestada por escritores como Eusébio (História Eclesiástica 4.23.11) – e a maioria dos manuscritos identificam-no como Clemente. Ainda assim, a identidade precisa de Clemente permanece incerta.

A tradição posterior o identifica como o terceiro bispo de Roma após Pedro. No entanto, é improvável que existisse, nesse período, um bispo monárquico como entendido posteriormente. A liderança romana parece ter sido colegiada. Clemente teria sido, possivelmente, o mais proeminente entre eles.

Uma hipótese é que Clemente teria sido um liberto da casa de Tito Flávio Clemente, primo do imperador e cônsul, executado sob acusação de “ateísmo” – uma acusação comum contra cristãos. No entanto, essa teoria carece de evidência sólida, assim como a sugestão de Orígenes que o identifica com o Clemente mencionado em Filipenses 4.3 – ligação baseada apenas na coincidência do nome.

É possível que o mesmo Clemente seja mencionado no *Pastor de Hermas* (2.4.3), onde aparece como o responsável por enviar cartas da igreja de Roma às outras comunidades – talvez como uma espécie de secretário correspondente.

Data

Indícios internos da própria carta apontam para uma redação nas duas últimas décadas do século I:

1. Em 5-6, a perseguição de Nero (64-68 d.C.), que teria vitimado Pedro e Paulo, é tratada como um evento passado.
2. Em 63.3, há menção a pessoas que viveram de forma irrepreensível desde a juventude até a velhice – o que sugere tempo suficiente para uma geração passar.
3. Em 44.3-5, ainda há líderes vivos que teriam sido designados pelos apóstolos, indicando uma relativa proximidade temporal com a geração apostólica.

Esses elementos sugerem uma data posterior ao final da década de 60 (ou início da de 70), mas não muito além do ano 100 d.C., já que ainda se esperaria encontrar testemunhas oculares da época apostólica.

As evidências externas são escassas, mas coerentes com essa datação interna. Escritores como Hegésipo, Irineu e, possivelmente, Policarpo, conheciam ou usaram a carta, o que confirma sua antiguidade.

Há uma longa tradição que propõe uma data mais precisa para a redação de 1 Clemente, situando-a entre os anos 95 e 97 d.C. No momento da escrita, parece que a igreja em Roma enfrentava algum